

DO SUL PARA O CENTRO-OESTE: A SAGA DE MIGRANTES SULISTAS PARA O NORTE DE MATO GROSSO - HISTÓRIAS DE MUITAS VIDAS E DE UMA ESCOLA 'INVENTADA'

(1973-1979)

From the South to the Midwest: the saga of southern migrants to the north of Mato Grosso - stories of many lives and an 'invented' school (1973-1979)

Josiane Brolo Rohden¹
Elizabeth Figueiredo de Sá²

RESUMO

Este artigo é parte da pesquisa que versa sobre a História da Educação da cidade de Sinop-MT, durante o processo de colonização inicial da mesma, entre 1973 a 1979. A delimitação deste período deu-se ao fato de que a educação assim como a cidade de Sinop foram instituídas no ano de 1973, e ao final desta década, em 1979, ocorreria a emancipação política da cidade. Apoiamo-nos principalmente em fontes históricas que tratam tanto sobre a colonização quanto ao início da escolarização, como também em entrevistas. O texto destaca dois principais momentos: o da história, da saga de migrantes sulistas que em busca de um futuro promissor, aventuram-se em direção à Sinop, em meio a muitos perigos e dificuldades de sobrevivência e posteriormente a 'invenção' de uma escola, construída pelas mãos dos próprios migrantes, que não conformados com a realidade que encontraram na 'cidade prometida', tiveram de 'reinventar' aos seus modos, o início de um sistema educacional que pudesse garantir a educação de seus filhos.

Palavras-chaves: História da Educação. Migrantes. Escola. Sinop. Mato Grosso.

ABSTRACT

This article is part of the research that focuses on the Education History of the city of Sinop-MT, during the initial colonization process of same, between 1973 to 1979. The delimitation of this period was the fact that education as well as the city of Sinop were instituted in the year 1973, and at the end of this decade, in 1979, would there be the political emancipation of the city. We support primarily in historical sources that deal with both about the colonization on the beginning of schooling, as well as interviews. The paper emphasizes two key moments: the history, of southern migrants who in search of a promising future, ventured toward the Sinop, amid many dangers and difficulties of survival and later the 'invention' of a school, built by the hands of migrants themselves, which not conformed to the reality that they found in the 'promised' city, had to 'reinvent' their ways, the beginning of an educational system which could ensure the education of their children.

Key words : Education History. Migrants. School. Sinop. Mato Grosso.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso. Professora do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia (Campus Vilhena). E-mail: josib_rohden@yahoo.com.br

² Doutora em Educação, com estágio de pós-doutorado concluído na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Professora Adjunta no Instituto de Educação e no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso. E-mail: bethfsa@uol.com.br

Neste trabalho, procuramos discutir as questões que levaram milhares de migrantes sulistas a sair de suas cidades de origem e ocupar a ‘nova fronteira agrícola’ que se consolidava com a implementação de uma política de integração nacional, a qual objetivava ‘ocupar’ os espaços demográficos considerados ‘não habitados’ da Amazônia na década de 1970, e, desta forma, integrar a mesma à economia nacional.

Assim, a partir dos estudos de Certeau (1998), buscamos direcionar um olhar para o cotidiano deste processo migratório, considerando as experiências, as dificuldades, daqueles que não tiveram suas histórias contadas pela História Oficial. Desta forma, enfatizamos neste trabalho as *táticas*, as *astúcias*, as *artes de fazer*³ dos migrantes que ao se deparar com uma realidade totalmente desconhecida, em plena selva amazônica, tiveram de reinventar àquele espaço, criar em meio àquele cotidiano, e organizar entre eles mesmos, o que viria ser a primeira escola.

Desta forma, este trabalho fala de vidas. Vidas que ao “reinventar” os modos de viver aprenderam a ser o que não se era: “o filho que levava jeito com a mecânica dos carros passou a ser o mecânico da cidade, a mãe que levava jeito com os curativos passou a ser a enfermeira, o pai que levava jeito com a argamassa era o mestre construtor, a filha que sabia ler e escrever era a professora” (TOMÉ, 2009, p. 32).

Assim, ‘reinventar’ uma sociedade a partir dar intervenção do homem sobre a natureza durante a construção de uma cidade, de uma vida social, e em conjunto a construção de um sistema educacional em meio a um descampado da floresta amazônica, era o que cabia às vidas que percorreram o caminho deste trabalho.

Para a construção e desenvolvimento da pesquisa nos voltamos às fontes históricas que dizem da colonização e do início da escolarização, adquiridas não apenas no espaço escolar, mas também em acervos particulares e públicos. Além das fontes históricas analisadas, adotou-se nesta investigação os procedimentos da História Oral, com entrevistas com ex-professores e alunos.

Com isto, para a escrita desta história, levamos em consideração, de que como constata Certeau (1982) não se pode falar de uma verdade absoluta, mas de perspectivas subjugadas aos limites das pesquisas históricas e influenciadas pelo presente do historiador.

Deste modo, é a partir desta perspectiva, que ensaiamos narrar e escrever esta história, sem a pretensão de “dar conta” com exatidão de um passado, mesmo porque isto não nos seria possível, de estabelecer linearidades e muito menos com a ousadia da história tradicional em querer através da história fixar uma verdade, mas, “à maneira de uma lacuna intransponível que, no texto, traz à luz uma falta e faz andar ou escrever, sempre, e cada vez mais” (CERTEAU, 1982, p. 21).

³ Conceitos utilizados por Certeau (1998)

“Vamos embora para o Mato Grosso!” Lá, a terra é livre de geada e tudo que se planta, colhe⁵”

*Atirei minha semente
Na terra onde tudo dá
Chuva veio de repente
Carregou levou pro mar
Quando as águas foram embora
Plantei sonhos no chão
(...)
Lá se vai a ilusão...
(...)
Me doeu a impotência
Diante da sorte má
Então eu fiz paciência
Bem maior do que o azar
(...)
Esse ano com certeza
Desengano vai Ter fim
Natureza tem seus planos
Mas não sabe ser ruim⁶*

(Semente, Almir Sater)

Os versos que compõem a canção inicial nos permitem refletir, o que foi o processo de migração, ocorrido na década de 70 do século XX na região Norte de Mato Grosso, mais precisamente na cidade de Sinop, lócus desta investigação: a busca por uma ‘Terra Prometida’, o anseio de migrantes, principalmente sulistas, de *plantar sonhos no chão*, cheios de esperança de deixar no Sul a *sorte má*, e, de então, naquele novo ‘Eldorado’ um futuro melhor encontrar.

Mesmo porque, era isto que lhes fora prometido naquele contexto histórico, pelas propagandas e discursos ufanistas promovidos pelo Estado e pelas Colonizadoras privadas na tentativa de atrair migrantes para ocupar a região amazônica até então, ainda pouco habitada: O mito da Terra farta, que tudo que se plantasse, se colheria.

As pessoas que se deslocaram para Mato Grosso neste processo de ‘ocupação’ e migração recente no estado, eram na sua maioria excedentes populacionais das regiões Sul, principalmente do Paraná, no caso de Sinop, que sobre os ‘ombros’ recaía a missão desbravadora, dos ‘novos bandeirantes’ - o dever de enquanto ‘patriotas’ defender e ocupar demograficamente uma região de fronteira ainda pouco habitada. E, sobre suas vidas, recaía o desejo de encontrar naquele local, aquilo que poderia ser a ‘conquista da

⁴ Depoimento Ponce, 2012.

⁵ Depoimento Braz, 2011.

⁶ Composição de Almir Sater e Paulo Simões

sorte boa, onde o *desengano teria fim*, pois seria finalmente o lugar “livre de geada, longe da miséria, próximo da fartura⁷.”

Entretanto, mal sabiam estas pessoas, que as promessas eram ilusórias, que o solo até então sem os investimentos necessários não produziria nada, não imaginavam que aquelas extensas terras amazônicas estavam à espera do suor dos seus trabalhos, da sua mão-de-obra que ajudaria ‘enriquecer’ uma minoria. Eram estas pessoas, estes *homens comuns*, cuja ‘a esperança vinha na frente’⁸, que precisariam não apenas recomeçar suas vidas, mas, sobretudo, construir uma cidade, uma de tantas outras, que juntas trariam o progresso, a ‘civilização’ para àquela região, e, conseqüentemente, expandiriam a economia nacional.

Contudo, para um melhor entendimento do que levou milhares de pessoas a se deslocar de sua terra natal, faz-se necessário compreendermos alguns pontos que marcaram a década de 1970, para então, discutirmos com maior precisão o processo migratório do Sul para o Centro Oeste do Brasil.

Trata-se de uma década, cujo momento político em que o país se encontrava estava sob o domínio do Governo Militar, o qual efetivava o plano de ‘ocupação demográfica’ proposto desde a década de 1940 por Getúlio Vargas com a chamada campanha ‘Marcha para Oeste’⁹. Na expressão impositiva de Getúlio Vargas, enfatizava-se em poucas palavras o sentido de seu discurso sobre o movimento que criara: “O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para Oeste” (VARGAS, 1943).

Contudo, vale reforçar que a política de interiorização implantada por Getúlio Vargas na expectativa de “impulsionar a ocupação econômica do território, abrindo fronteiras econômicas e povoando o interior do país” (DOURADO, 2007, p. 34) foi posteriormente ampliada por Juscelino Kubitschek que também enfatizou a importância da ocupação territorial, fortalecendo o processo com a construção de Brasília em 1959¹⁰ em meio ao cerrado da região Centro-Oeste.

Entretanto, foi com o Governo militar, que este movimento de ‘ocupação territorial’ ganhou mais força, a partir de uma política de integração nacional, que objetivava expandir as fronteiras agrícolas do país, porém, sob um discurso legitimador que alegava para a necessidade de povoar os ‘espaços vazios’, investindo desta forma em políticas públicas e programas que favorecessem e estimulassem tal integração, uma vez que o êxito deste projeto não apenas resolveria a questão de povoar esta região, mas principalmente atenderia às estratégias do regime de expansão industrial e crescimento econômico do país.

Além disso, o projeto de integração nacional se consolidava como uma tentativa de resolver os conflitos existentes no sul do país, onde as pequenas propriedades rurais não conseguiam mais sustentar-se diante da ocupação dos grandes latifúndios que se instalavam principalmente no estado do Paraná.

⁷ BRAZ, depoimento em 08/12/2011.

⁸ Cf. Oliveira (1983)

⁹ A Marcha para Oeste foi uma política do governo de Vargas, nascida em 1943 a qual incentiva as pessoas a migrar para a região central do Brasil, na perspectiva de ocupar os “espaços vazios do país, garantir a segurança das fronteiras e gerar riquezas.”

¹⁰ De acordo com Lobo, (1999, p. 707) “Brasília, construída por Juscelino Kubitschek, só se consolidou no governo Médici, mas o fluxo de migrantes para o Oeste não se interrompeu.”

Assim, para que o projeto de ocupação da ‘nova’ fronteira tivesse êxito, de acordo com Souza (2006), os militares acrescentaram algumas medidas e estratégias à Marcha para Oeste, como programas de políticas públicas que tinham como objetivo principal promover o desenvolvimento da região Centro-Norte do Brasil através de incentivos fiscais, políticas de créditos, subsídios de infraestrutura que favoreciam a elite nacional e internacional. Neste sentido, pode-se inferir a partir das considerações feitas que:

O Estado de forma ditatorial e repressivo orienta a ocupação da nova fronteira com a finalidade de minimizar os problemas sociais das demais regiões do Brasil. Este utiliza como estratégia a ocupação da última¹¹ fronteira expansionista do Brasil. (PICOLI, 2005, p.64).

Com isto, no contexto da política implementada, empresas privadas foram incentivadas pelo Estado Federal a concretizar o plano de ocupação territorial em questão. É, nesse cenário que nos encontramos com a colonizadora Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná (SINOP), de propriedade de Ênio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho. Empresários estes, experientes em colonizações no noroeste do Paraná, que vislumbrados com a possibilidade de adquirir grandes proporções de terras em solo mato-grossense, obtiveram uma extensa área, denominada posteriormente de Gleba Celeste¹², onde seria então, iniciado um novo projeto de colonização. E, Sinop, que recebeu este nome em homenagem à empresa colonizada, era uma das cidades que fazia parte do projeto colonizador da chamada Gleba Celeste.

Guimarães Neto (2002, p. 88) explica que sob o discurso da necessidade de “ocupação nacional do espaço amazônico, o empresariado iria apropriar-se de grandes extensões de terras, assim como usufruir dos benefícios financeiros. Com isto, a estratégia política para o controle das terras favorecia nitidamente a colonização particular, incumbida de “desenvolver a região.” Desta forma, no âmbito dessa política segundo a mesma autora, as regras estavam dadas: a colonização não deveria limitar-se à ação governamental.

A história da cidade de Sinop encontra-se nesse processo de ocupação da Amazônia do final do século XX, liderada por uma colonização particular em parceria com o Governo Federal. A década de 70 foi de modo peculiar muito relevante para o Mato Grosso, um momento em que o Estado foi dividido em grandes-pequenos territórios e esses disponibilizados às empresas colonizadoras¹³.

Portanto, “Sinop é um exemplo de colonização numa área de fronteira de ocupação recente na Amazônia, estabelecida sob o manto do autoritarismo militar e da expansão do capitalismo hegemônico no Centro-Sul do país” (SOUZA, 2006, p. 194).

A partir das discussões apresentadas sobre as políticas que favoreceram a ocupação territorial da Amazônia, em especial à colonização do Norte de Mato Grosso, à cidade de Sinop, pode-se compreender que naquele contexto o Brasil realmente não pedia,

¹¹ Segundo Martins (1997) e Picoli (2005), a Amazônia, principalmente a localizada em território brasileiro se caracteriza como a última grande fronteira da América Latina.

¹² A Gleba Celeste correspondia a aproximadamente 645.000 hectares de terra, formada por mata fechada, cujo projeto colonizador compreendia a construção das cidades de Sinop, Carmem, Vera e Cláudia.

¹³ Cf. TOMÉ, 2006

não esperava – Ordenava! Como, nos mostra a fonte iconográfica abaixo. E, cabia aos “homens” corajosos, desbravadores por amor à família, a Deus e à Pátria obedecer. Era preciso construir o “grande Brasil amazônico,” era preciso expandir as fronteiras deste país.

Figura 1: Ruas de Sinop no dia de sua fundação em 14 de setembro de 1974.



Fonte: Colonizadora Sinop, 2011

Assim, mais uma “cidade-semente” precisava ser plantada no “grande Brasil Amazônico” e, Sinop, neste contexto, assim como tantas outras cidades, precisava “nascer!”

Com isto, muitos migrantes atraídos por uma propaganda ilusória e por um sonho comum, vinham em busca da Terra Prometida, juntavam o que era possível trazer na bagagem, vendiam o que tinham no Sul, e com suas famílias, esperançosos era comum ouvir: “Vamos embora para o Mato Grosso, para ter uma vida melhor!” (PONCE, depoimento em 23/01/2012).

Começava-se então, uma saga: de luta, trabalho e amor à Pátria. Iniciava-se uma trajetória de esperança, de sonhos de muitos migrantes em poder *atirar* suas *sementes na terra onde tudo dá*, sem precisar naquele lugar, preocupar-se *com a sorte má*.

Do sonho projetado à experiência vivida

A partir das colocações feitas anteriormente, discutiremos neste item, a realidade que os migrantes se depararam diante do sonho que haviam projetado. Esta discussão se faz importante, pois se pretende discutir posteriormente os reflexos que o cotidiano daquela sociedade tiveram sobre a escola, sobre a educação dos filhos destes migrantes, sobre as *astúcias*, as *artes de fazer*, a *invenção* e *reinvenção* de *táticas* fabricadas por aqueles sujeitos que buscavam transformar aos seus modos às *estratégias* que lhes eram impostas, ou seja, a *ordem efetiva* das coisas.

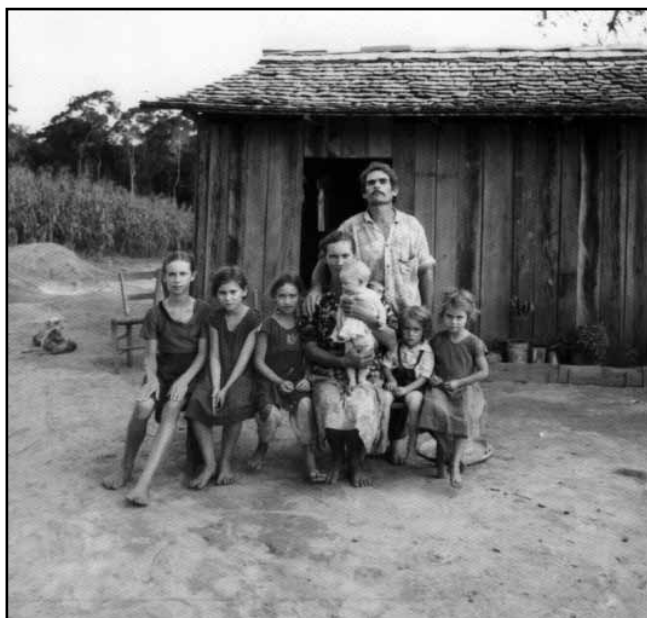
Assim, pôde-se compreender a partir do diálogo com fontes, com os relatos orais e com a revisão bibliográfica, que no decorrer dos primeiros anos de colonização entre

1973 a 1979 os migrantes passaram por muitas situações difíceis, muitos momentos conflituosos.

Trata-se de histórias que não são contadas pela versão da História Oficial, tampouco pelos materiais didáticos distribuídos e trabalhados nas escolas. Muita informação é omitida, inclusive histórias que custaram vidas de muitos migrantes. Entretanto, como nos ensina Certeau (1998, p. 77) “a vida não se reduz àquilo que se vê”, deste modo, buscamos neste momento discutir aquilo que “não se vê” e que “não se fala” em relação à vida cotidiana dos *homens comuns* inseridos no tempo-espço desta pesquisa.

A imagem abaixo, nos faz refletir um pouco sobre as condições que viviam muitas das famílias migrantes: as crianças descalças, vestidas com roupas praticamente iguais, feitas de um mesmo pano. O pai, como chefe da família, era o modelo de trabalho e coragem para os filhos, a mãe, protetora e companheira, era o exemplo de fé e perseverança naquele lugar ‘desconhecido’.

Figura 2: Família em Sinop, 1973



Fonte: Colonizadora Sinop, 2011

Dentre as muitas famílias migrantes no período investigado, a história repete vestígios similares, como a desta fotografia: uma jornada longa, dias de sofrimento na estrada para chegar até o local escolhido para o ‘recomeço’ da vida, as moradias precárias – barracos de lonas, ou casinhas simples de madeira muitas vezes doada pela própria colonizadora, a falta de alimentos, obrigando-se a “comer no café da manhã, no almoço e no jantar o milho trazido do Paraná, socado com açúcar, pois era a única coisa que tinham”¹⁴, além dos perigos e doenças as quais estavam expostos ao meio da floresta. Detalhes *invisíveis*, que não se contam, mas que nos propomos a discutir na escrita desta história.

¹⁴ Cf. Braz, depoimento em 08/12/2011.

A começar pela longa viagem, que as famílias precisavam fazer para chegar a Sinop. A maioria utilizava como meio de transporte o caminhão. Além da família, os poucos móveis, roupas e mantimentos, traziam também, quando possível, animais domésticos, assim como animais que poderiam garantir a sobrevivência, como vacas e galinhas. A viagem levava muitos dias, às vezes mais de uma semana, pois a BR 163, na época recém inaugurada, ainda não era pavimentada. Era então, uma viagem desgastante, e, o cansaço desta jornada ‘aventurosa’ se unia aos receios frente às situações que podiam encontrar, frente ao novo, ao desconhecido. A bagagem principal era sem dúvida além da família, a fé e a esperança de encontrar naquela vasta região a concretização de um sonho, de uma utopia projetada.

Figura 3 - Mudança de uma família de agricultores chegando a Sinop, 1973



Fonte: Patrimônio Histórico de Sinop

Quando estes migrantes chegavam à cidade, após a longa e exaustiva viagem, geralmente não tinham onde morar. Era preciso então se instalar debaixo de barracões de lona, como já dito ou se instalar na casa de algum parente ou amigo próximo até que a madeira fosse cortada, a casa fosse erguida. Porém, isto não era rápido. Muitas vezes duravam meses, ou em alguns casos até entre dois a três anos, dependendo das condições financeiras da família para a aquisição da madeira, ou para o pagamento da mão-de-obra, apesar de que, conforme muitos relatos obtidos, na maioria das vezes o pai, na condição do homem da família, construía ele mesmo a moradia aprendendo as funções de carpinteiro. Contudo, nas narrativas obtidas, as histórias das condições de moradia são semelhantes umas às outras:

Eu tinha só cinco anos, nós fomos morar na serraria quando chegamos aqui, a serraria era coberta com lona, tudo bem simples, tinha um barracão ao lado que era coberto com Eternit e era de madeira, foi ali que colocamos a mudança e ficamos naquele barracão até construir a casa (PONCE, depoimento em 23/01/2012).

Fizeram barracos de lona para as três famílias e para mais uma irmã casada que veio junto, então eram quatro famílias, morando junto, se instalaram debaixo daqueles barracos por que o financiamento só saía depois de uma etapa de mata derrubada (...) era preciso derrubar o mato com machado para cumprir o tanto de alqueires para poder sair o primeiro financiamento para a aquisição da terra, para então começar a plantar. (BRAZ, depoimento em 08/11/2011).

Chegamos aqui nossa casa não estava pronta, tivemos de deixar nossas coisas na casa do senhor Plínio Calegari, não tinha nem água... só poço, tinha de tirar água com o balde puxar com as mãos... água do poço. (GOBBO, Depoimento em 14/01/2012)

Entretanto, o momento da chegada representava ao migrante, o tempo de maiores sacrifícios, porém,

[...] sabiam que para fazer parte de uma obra “daquela grandeza” teriam que enfrentar as adversidades que a floresta oferecia, as doenças e a fome. Haviam se despojado de tudo e, quando identificavam o fim da jornada, colocavam toda a sua determinação em ficar e trabalhar... trabalhar com muita fé. (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 72)

Outra dificuldade encontrada pelos migrantes estava em relação aos meios de comunicação. Com exceção a rádio Nacional de Brasília, não havia outro meio de se atualizar sobre os acontecimentos nacionais e internacionais, conforme lembra a Professora Maria Lúcia Braz: “a gente ficava desinformada das notícias do mundo, só tinha a rádio Nacional de Brasília, não tinha televisão, jornal, não tinha nada! Ficávamos completamente fora do mundo!”

Segundo Souza (2006, p. 156), o desafio de adaptação ao novo ambiente norte mato-grossense era grande além da longa viagem até a nova fronteira, a ocupação da área comprada da empresa colonizadora, as primeiras matas derrubadas, as primeiras decepções, as dívidas contraídas no processo de produção agrícola, saudades dos parentes, calor, falta de conforto, provocaram situações conflituosas e duvidosas em relação ao novo lugar escolhido para viver. Entretanto, “o intenso trabalho foi a maneira encontrada pelos colonos para esquecerem o Sul”. Em relação a esta discussão, Guimarães Neto (2002, p. 65), nos diz que:

[...] os colonos quando venderam o pouco que tinham, ou simplesmente largaram para trás coisas que possuíam, lá deixaram partes de si mesmos. As poucas que vinham consigo eram como lembranças soltas, ou talvez, trapos de lembranças!

Deste modo, era necessário não apenas reaprender a viver diante das novas circunstâncias da realidade encontrada, mas também era preciso aprender a conviver com os sentimentos de saudade, de recordações de familiares, enfim, com os “trapos de lembranças.”

Ainda, como mostram os estudos de Tomé (2006, p. 26) e, também a partir dos depoimentos orais de colaboradores desta pesquisa, a sobrevivência no início de colonização foi seletiva: alguns tiveram de perder suas vidas, outros tiveram de sair, ou

deixar de comer para que outros vivessem. As condições mínimas para sobrevivência não foram iguais para todos. A pouca comida que chegava nestas localidades era distribuída entre todos. A venda dos produtos alimentícios muitas vezes era racionada, ou contada por família, além de serem muito caros para a época, uma vez que pequenas mercearias locais elevam os preços devido a dificuldade de sua chegada. A opção era então esperar pelas mercadorias trazidas pelos famosos aviões búfalos¹⁵, distribuídas no armazém da COBAL¹⁶. A madeira cortada deveria servir a todos, na construção das casas. As famílias se ajudavam umas as outras tanto de forma material como de forma a se consolidar com os momentos difíceis uns dos outros, Deste modo, “os poucos recursos, as poucas facilidades, eram motivos de solidariedade entre todos” (TOMÉ, 2006 p. 26).

Contudo, outro ponto “esquecido” de ser contado pela História Oficial se dá em relação aos problemas de saúde que a população da época enfrentara. A falta de água tratada, a escassez de alimentos, os períodos de estiagem, de poeira, os longos períodos chuvosos, a ausência de saneamento básico, picadas de insetos ou de animais peçonhentos, os acidentes na mata, entre outros, ocasionaram diversos problemas de saúde, sendo estes tratados de forma precária, devido a falta de subsídios que pudessem atender a saúde da população de forma digna. O hospital mais próximo se localizava na cidade de Vera, a 80 quilômetros de distância, porém, casos mais graves somente poderiam ser atendidos na capital Cuiabá, a 500 quilômetros de distância, o que em muitos casos graves, não se conseguia chegar a tempo, devido a distância como também pelas condições intransitáveis da estrada principalmente no período chuvoso, levando ao óbito da pessoa no meio do caminho.

A incidência de malária também foi significativa pelo número acentuado de casos. Doença endêmica da região fez muitas vítimas fatais, o que obrigou o Governo Federal a instalar na cidade em 1974 um posto da Superintendência de Combate à Malária – SUCAM, que ficou em funcionamento até a década de 1980 (SANTOS, 2010).

Diante das circunstâncias apresentadas muitos dos que não suportaram a vida em Sinop no período inicial, retornaram de ‘cabeça baixa’ como derrotados de volta para sua terra natal. Os migrantes que não conseguiam se adaptar, ou que mesmo não conseguiram se manter às novas formas de sobrevivência, eram desqualificados pelo discurso oficial, afinal, nada poderia atrapalhar os interesses de mostrar a todos o êxito da colonização. Picoli (2005, p. 75), em relação a esta discussão nos diz que:

[...] os colonos fracassados voltavam estrategicamente, no ponto de vista do Estado (...) como derrotados, incompetentes e sem vontade de trabalhar. Assim, a história que deveria ser contada à população era a de sucesso daqueles que ascenderam econômica, política e socialmente. Não pode ser contada a história dos demais, daqueles que foram calados (...), ou até mesmo de milhares de trabalhadores e suas famílias que perderam suas vidas e não estão na história oficial.

¹⁵ Aviões da Força Aérea Brasileira

¹⁶ Companhia Brasileira de Alimentos, implantada em Sinop somente em 1975.

Além disto, muitos colonos que haviam adquirido terras sob financiamento do Banco do Brasil não conseguiram saldar suas dívidas devido aos altos juros, as decepções das colheitas, aos baixos preços dos produtos no mercado, não restando alternativa a não ser passar suas terras adiante para àqueles que detinham de maiores bens, partindo então outra vez em busca de um novo “lugar ideal”, deixando Sinop e indo em direção aos estados Rondônia, Acre, Amazonas ou mesmo voltando para o próprio lugar de origem, sob o “estigma” de incompetentes e fracassados. Deste modo, “a modernização da agricultura no sul do país, já havia expulsado esses agricultores, o aceno de um futuro melhor que lhes fora dado pelos projetos de Colonização, no Mato Grosso, deixava-os novamente na estrada, sem rumo” (PERIPOLLI, 2002, p. 108).

Contudo, o objetivo da colonização esteve desde o início ligado ao cultivo do café, que na época era o principal produto de exportação do Paraná, de onde precedia a sede da Colonizadora, porém a iniciativa não deu resultados, levando muitos colonos à falência, as plantações foram totalmente erradicadas, devido a baixa produtividade, às terras pobres, as doenças, ao clima adverso (PERIPOLLI, 2002), como recorda a Professora Terezinha Pissinati Guerra:

Nas propagandas tudo dava! O meu sogro plantou milho e morreu tudo! O pasto morria tudo! A única coisa que deu no início foi um pouco de café, mas logo depois não dava mais, depois a mandioca que até fizeram o negócio da agroquímica, mas não deu nada. Então, como não dava nada a agricultura, foi onde o povo partiu para as madeireiras, tinha muita floresta, a madeira tinha preço, tinha saída, exportação. Assim, todo mundo partiu para a madeira. Grandes madeireiros hoje chegaram aqui sem nada! Como muitos não podiam voltar, ou trabalhava com a madeira ou voltava, mas era difícil para voltar(...). Foi muito difícil! (Depoimento Guerra, 2012)

Os colonos, desiludidos com a inviabilidade da lavoura, já não se sentiam propensos a plantar, muitos deles desistiram, deixaram seus sonhos agrícolas para trás e buscaram outras alternativas, vendendo sua força de trabalho no setor madeireiro de Sinop e da região (SOUZA, 2006).

Assim, a tentativa frustrada na década de 70 nas terras do Norte de Mato Grosso fez com que muitas pessoas que não tinham condições de voltar para seu lugar de origem, ou mesmo tentar a vida em outro estado, passassem a trabalhar com a madeira, significando assim, uma nova chance de naquele momento, continuar a viver em Sinop. A cidade foi então, “ocupada rapidamente por serrarias que foram sendo montadas. O que fez da região um grande polo econômico, tendo como base da sua economia, a indústria madeireira” (PERIPOLLI, 2002, p. 107).

Souza (2006), explica que muitas madeireiras se implantaram na região norte mato-grossense, para atender ao ideário militar de colonização e ocupação ao longo das rodovias federais recém-implantadas, onde incentivavam a “ocupação” da terra e a exploração da madeira disponíveis naquelas áreas. Deste modo, a indústria madeireira se firmou como pólo econômico da cidade a partir de 1980.

No processo produtivo de extração da madeira, a família foi o centro estratégico da colonização norte-mato-grossense. Como relata Lord, (2011) o homem assumia o papel

principal na oferta da mão-de-obra, foi o obreiro e produtor da transformação e domínio humano sobre a natureza local. A mulher ocupava o espaço do lar, cabia-lhe os cuidados com os filhos e a proteção e alimentação ao marido que acordava cedo para enfrentar a derrubada da mata. Assim, o migrante que veio para o Norte de Mato Grosso com o objetivo e o sonho de melhorar a vida através da agricultura, precisou aprender a lidar com o trabalho de extração da madeira, “ou trabalhava com a madeira, ou voltava” como nos lembra a Professora Terezinha Pissinatti Guerra (Depoimento em 25/01/2012).

Há ainda que se referenciar em especial, as questões ligadas à Educação, sendo esta, na visão dos migrantes o principal pilar do “futuro promissor” que poderiam oferecer aos seus filhos naquele lugar desconhecido. Para tanto, quando em Sinop chegaram, somente a promessa do Colonizador sobre a escola existia. Tiveram assim, que construí-la com as próprias mãos e entre eles mesmos decidir inicialmente os direcionamentos da escola.

Deste modo, frustrações, incertezas, desencontros, e outros tantos sentimentos e experiências marcaram o cotidiano daqueles homens comuns, *ordinários*¹⁷. O confronto com o desconhecido, com *estratégias* que lhes foram fabricadas, fez que aos seus modos incorporassem práticas, manipulassem táticas, transformassem o meio, se adaptassem à realidade, culminando muitas vezes na criação de novas regras, de novos meios de convivência com o outro, de novas maneiras que possibilitassem a sobrevivência a partir de uma perspectiva comum e coletiva.

Entende-se assim, que “algo essencial se joga nesta *historicidade cotidiana*, indissociável da existência dos sujeitos que são os atores e autores de operações conjunturais” (CERTEAU, 1998, p. 82).

Neste sentido, Certeau (1998, p. 38) explica que a base da vida cotidiana não está na individualidade, mas sim no convívio social, nas regras e práticas sociais. O importante, neste caso, está nas relações sociais em si e não apenas na soma de individualidades. “A questão tratada se refere a modos de operação ou esquemas de ação e não diretamente ao sujeito que é o seu autor ou seu veículo.”

Deste modo, “[...] num processo de colonização supõe-se um desejo e uma esperança. O desejo é socialmente produzido e a esperança é posta à prova dia a dia (...) (SANTOS, 1993, p. 200). Esta afirmação nos faz refletir sobre os desejos projetados e socialmente produzidos diante da realidade vivenciada, por aqueles migrantes, que representavam a vida cotidiana a qual estavam inseridos.

Artes de Fazer¹⁸: História e memórias de uma escola ‘inventada’

A escola, que nos dispomos discutir, é ‘especial’, dizemos isto a partir dos muitos depoimentos obtidos, os quais enfatizam que “a escola era tudo, era especial”¹⁹. É também especial, pois, sobretudo, ela é resultado das *astúcias* humanas, das *táticas* que os primeiros migrantes encontraram para impor o desejo coletivo de se ter uma escola diante de uma sociedade em construção. Em consequência disto, a escola a qual nos dirigimos partiu

¹⁷ O Termo ordinário, se refere para De Certeau ao homem comum.

¹⁸ Inspirado em De Certeau em A invenção do Cotidiano: Artes de Fazer.

¹⁹ Depoimento Braz, 2011.

de um movimento próprio, de um espaço onde as ações se desdobravam, onde criação e invenção são nomes próprios, vistos pela ótica das *artes de fazer*.

Assim, é a partir deste movimento de transformação, de criação, de *invenção do cotidiano* que destinaremos nosso olhar para discutir a instituição da educação nos anos iniciais do processo de colonização da cidade de Sinop.

Como mencionado, a maioria dos migrantes chegados em Sinop eram oriundos do Sul do país, e, os colonizadores neste contexto eram cientes de que os migrantes sulistas tinham na educação um referencial, “que a escola fazia parte da sua cultura, que “mandar” os filhos para a escola era uma obrigação da família, e, portanto, caberia aos pais fazê-lo” (PERIPOLLI, 2002, p. 121). Nas palavras da ex-professora Anísia Mendes Gobbo (Depoimento em 14/01/2012), “mesmo os pais vindo para aquele fim de mundo, (...) eles queriam ver seus filhos estudando (...) a educação era o futuro”.

Desta forma, utilizando-se desta concepção do que representava a educação para aquelas pessoas, a empresa colonizadora anunciava em suas propagandas além da terra farta, “que tudo dava²⁰” também a promessa da escola aos filhos:

O Seu Ênio, quando recebia as pessoas na Colonizadora para comprar terras, ele fazia propagandas, (...), ele falava muito sobre educação, sobre a escola. Para seu Ênio a escola era tudo, então ele incentivava muito as pessoas que vinham aqui, ele falava: “Não, pode vir, seu filho vai ter escola, vai estudar.” Ele prometia muito escola, então o pai já vinha ciente de que o filho não ia ficar sem estudar.²¹

Contudo, mais uma vez as ‘promessas eram muitas’, mas a realidade encontrada era outra. Muitos dos migrantes com a certeza de que haveria escola para seus filhos em Sinop acreditando no que lhes fora prometido, esperaram chegar o mês de julho de 1973, para se deslocar de suas cidades natal, a fim de não prejudicar os estudos de seus filhos, visto que neste mês seria destinado às férias escolares, e, então, quando chegassem a Sinop, apenas dariam continuidade nos estudos:

A colonizadora havia prometido para os pais que teria escola a partir de julho de 73, então muitos pais deixaram para vir para Sinop neste mês, porque então, já teria escola. Mas, chegaram aqui e não tinha escola. A colonizadora prometeu que haveria, mas a escola mais perto era em Vera. (GUERRA, depoimento em 25/01 2012).

Deste modo, os migrantes ao chegar na ‘cidade’, tudo estava em construção, era um período onde se configurava um verdadeiro ‘campo de obras’ – tudo estava por se fazer, inclusive a escola. A escola mais próxima como pontuado no depoimento acima, se localizava na cidade de Vera, distante 80 quilômetros de Sinop, cuja única estrada de acesso não era pavimentada, ficando intransitável no período chuvoso, ou seja, aquele restante de ano provavelmente não haveria possibilidades de que os filhos daqueles migrantes pudessem dar continuidade aos estudos.

²⁰ Palavras utilizadas pela professora Terezinha Pissinati Guerra ao se referir em seu depoimento às propagandas feitas pela Colonizadora em relação à promessa da terra fértil.

²¹ Depoimento Gobbo, em 14/01/2012.

Foi então, que fugindo das *teias da conformidade*, os migrantes se organizaram para ‘fazer a escola’ e *reinventar* aos seus modos o início de um ‘sistema educacional’ em meio àquele campo aberto na floresta amazônica ainda pouco habitada.

Organizados, os migrantes solicitaram à colonizadora que lhes havia feito tantas promessas a construção da escola, uma vez que não tinham acesso ao governo do estado, e, o poder municipal se localizava em Chapada dos Guimarães, também a mais de 500 km de distância, cuja rodovia BR-163, que ligava as cidades, na época também sem pavimentação asfáltica, dificultava demasiadamente o trânsito, além disto, a ausência de meios de comunicação impossibilitava qualquer contato.

Nas recordações da professora Terezinha Pissinati Guerra (Depoimento, 2012) “os pais começaram a pressionar a colonizadora, os próprios migrantes começaram a correr atrás, eles diziam: ‘vamos fazer a escola’, ‘quem faz o quê’, ‘quem vai dar aula’, ‘precisamos arrumar professor’” .

Com insistência na escola, os migrantes recorreram à colonizadora, a qual lhes ofereceu os materiais para a construção de uma sala de aula. De acordo com os depoimentos analisados, a Colonizadora propôs uma troca – forneceriam a madeira, telhas de Eternit e outros materiais enquanto aos pais-migrantes caberia a mão de obra.

Não houve outra opção, “se não há escola, que inventamos uma! Pois, se tem material, vamos fazer uma escola²²” diziam os migrantes. Assim, em regime de mutirão,

[...] juntaram-se uma turma de homens, (...) uma turma de gente, e ali construíram a escola, poucos dias e a escola estava de pé, só que não tinha cimento para fazer o piso, então ficou na terra mesmo, piso de chão batido como alguns falam, se molhava - virava barro, aquele barro branco, grudento; se deixava seco - era aquela poeira. As carteiras foram feitas de tábuas brutas, daquelas de sentar de dois, tudo foram os pais que fizeram. Lembro que eram muito pesadas, não tinha como tirar do lugar. E foi assim que tudo começou²³.

A pequena sala de aula – ‘a escola dos migrantes²⁴’, construída para atender as crianças do povoado, ilustrada na fonte iconográfica abaixo, era “como uma casa de madeira, com quatro janelas, uma porta e só, não tinha mais nada” (Depoimento Pissinati, 2012). Assim que ficou pronta, além de funcionar como escola, “passou a funcionar como igreja, como salão de encontros, reuniões, para tudo servia o mesmo prédio” (idem).

²² GUERRA, depoimento em 25/01/2012.

²³ *Idem*

²⁴ Este termo reporta-se ao modo que encontrei para me referir a pequena sala de aula construída pelos migrantes.

Figura 4: Sala de Aula construída pelos migrantes em 1973

Fonte: Patrimônio Histórico de Sinop, 2011

Sobre esta primeira sala, a Revista Sinop – Edição Histórica, publicada em 1994, traz a informação de que:

Era uma simples sala de aula, construída em madeira, utilizada também para reuniões comunitárias e eventos religiosos. Todo material para a construção da sala, inclusive o terreno foi doado pela colonizadora Sinop, mas a construção foi feita em regime de mutirão pelos pais dos alunos que eram coordenados pelo pioneiro Braz Claro dos Anjos (REVISTA SINOP, 1994, p. 44).

Com a sala de aula construída, era preciso então encontrar alguém que pudesse ‘ensinar’ às crianças. Assim, mais uma vez, os migrantes se organizaram e, dentre eles, era preciso escolher os mais instruídos para tal exercício. Nas lembranças da primeira professora, Terezinha Pissinati Guerra, ao recordar de quando a procuraram para ser a professora, a mesma relembra que aceitou tal pedido devido tanta insistência daqueles pais. A professora mencionada tinha estudado até a sexta série no Paraná, não tinha nenhuma experiência, mas as crianças precisavam estudar, foi então que decidiu ajudar, se tornando a professora da ‘escola dos migrantes’, contratada para tal função pela empresa colonizadora.

Além disto, a professora precisava fazer outros trabalhos na escola além da docência, atuando também como faxineira, merendeira, o que certamente a sobrecarregava - “Nos

primeiros tempos, naquela primeira salinha era só eu: fazia merenda, limpava a escola, fazia as matrículas, dava aula, era só eu aqui!²⁵

Contudo, mesmo diante das dificuldades encontradas pela professora, ela, juntamente com algumas mães de alunos, sentia a preocupação de ‘formalizar’ a educação da pequena escola. Para isso, a professora com auxílio da Colonizadora se dirigiu à cidade de Vera- MT, onde já funcionava a única escola do estado, a Escola Estadual N. Sra. Do Perpétuo Socorro, a fim de solicitar que a pequena sala de aula de Sinop pudesse ser uma extensão da referida escola. Posteriormente, com a solicitação formal junto à Delegacia de Educação e Cultura do estado de Mato Grosso, a pequena sala de aula foi autorizada a funcionar como extensão da referida escola, sob direção e administração de irmãs da Congregação Santo Nome de Maria, trazidas de Maringá-PR, pelo colonizador, especialmente para exercer tal função.

Saviani (2007) explica que para satisfazer necessidades humanas as instituições são criadas como unidades de ação e que constituem-se como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas, contudo, esse processo de atender as necessidades do homem primeiramente acontece de forma espontânea, não se distinguindo os seus elementos constitutivo, mas, a partir de certo estágio de desenvolvimento, exige-se a intervenção deliberada, identificando-se as características específicas que diferenciam a atividade realizada pela instituição das demais atividades às quais se encontrava ligada. “É a partir daí que determinada atividade se institucionaliza, isto é, cria-se uma instituição que fica encarregada de realizá-la (SAVIANI, 2007, p. 5).

Assim, para atender as necessidades daqueles migrantes, parte deles próprios a iniciativa de criar uma instituição, e, num segundo momento, entre os mesmos se percebe a exigência de uma intervenção determinada, o que ocasiona a reivindicação por uma escola ‘institucionalizada’, uma vez que não apenas ‘dar escola’ aos filhos, era preciso que esta escola ‘existisse’ legalmente. A pequena ‘escola dos migrantes’ ficou deste modo desde seu início, vinculada à Escola de Vera-MT.

No entanto, em Sinop, os migrantes chamavam informalmente a pequena sala de aula por eles construída de Grupo Escolar Sinop, como se pôde observar nos depoimentos e nas fontes encontradas, provavelmente por razão de que muitos destes migrantes tiveram tido acesso a um Grupo Escolar ou simplesmente por se referir ao modelo de escola que estes tinham presente em sua memória, já que este termo já não mais era usado na década de 70. A fotografia abaixo se refere ao dia da Fundação de Sinop, em 14 de setembro de 1974, quando os alunos da escola de Sinop representavam o Grupo Escolar, extensão da Escola Estadual N. Sra. Do Perpétuo Socorro.

²⁵ Depoimento Guerra, 2012.

Figura 5: Desfile cívico em comemoração à fundação de Sinop. 1974



Fonte: Santos, 2011.

Contudo, há que se destacar o quanto o estado e o Governo Federal foram negligentes para com a situação educacional durante o processo inicial de colonização no norte-mato-grossense. Percebeu-se durante esta investigação que, para que o processo de ocupação da ‘nova’ fronteira se consolidasse, o Estado Federal não poupou políticas públicas que viabilizasse a infraestrutura necessária, além da oferta dos incentivos fiscais e políticas de créditos que favoreciam a elite nacional e internacional a investir na região Centro-Norte do país. Entretanto, a educação não recebeu igual importância.

A promessa da ‘escola’ nas propagandas da colonizadora sempre esteve presente, mesmo porque, a educação fazia parte do projeto colonizador, pois atendia os interesses de manter, de fixar o migrante naquelas terras, ou seja, a educação estava certamente “à serviço da sociedade como instrumento na construção de uma cidade” (TOMÉ, 2009, p. 10).

Pôde-se perceber que posteriormente a iniciativa dos migrantes em construir com as próprias mãos a pequena sala de aula, houve uma parceria entre colonizadora e estado através da autorização do funcionamento de qualquer nova ‘escola’ que pudesse atender as crianças das novas comunidades rurais que surgiam a cada novo dia em Sinop, todas elas, assim como a ‘escola dos migrantes’ eram pertencentes a única escola do estado na Gleba Celeste até 1976, a Escola N. Sra. Do Perpétuo Socorro da cidade de Vera, como já explicado.

Nos depoimentos obtidos pode-se observar nitidamente isto, dentre os mesmos, elencamos este:

Em março de 75 o Osvaldo Sobrinho era secretário de educação, ele veio para cá com duas técnicas para orientar todo o trabalho da região, aí fomos todos para um encontro em Vera, e, ele falou com estas palavras, “onde tiver dois ou três alunos e puder fazer uma escola de pau-a-pique eu autorizo o funcionamento e contrato o professor” ele falou assim para todos os pais, imagina a cidade estava começando, todos os pais se sentiram seguros. (Depoimento Braz, 2011).

Deste modo, a preocupação não estava relacionada a qualidade do ensino, tampouco a formação docente, e a aprendizagem dos alunos, pois a cada nova comunidade que surgia, cujos alunos não pudessem frequentar a sala de aula construída na cidade, devido à distância, improvisava-se um espaço e escolhia-se em tal comunidade ‘os mais instruídos’ para exercer a docência. “E, assim era: onde tivesse 6, 7 alunos, misturava tudo, e dava aula aonde fosse, podia ser na própria casa do professor, já contratava o mais instruído, e funcionava ali uma escola” (BRAZ, depoimento em 08/12/2011). Nas recordações da Professora Maria Augusta de Paula (depoimento em 02/02/2012):

Com o fluxo de pessoas, devido o processo de colonização, vinha muita gente todos os dias. E, para o S. Ênio era obrigatório, não podia ninguém ficar fora da escola, pois era um comprometimento dele - como ele ia vender as áreas, estabelecer o povo aqui e não oferecer a escola? Então, se não tivesse escola para os filhos o povo não ficava. Na época isto tudo era prometido, tinha que ‘dar escola’ porque senão como este povo iria vir e não ter escola, e, o comércio do seu Ênio dependia disto. Também, como ele vendia os lotes não só na cidade, como também fora, na área rural, muita gente comprava estes lotes e ia para o sítio, as comunidades iam se formando e com elas várias escolinhas iam se formando, porque não podia deixar ninguém sem estudar, porque senão tivesse escola o povo não ficava.

Este breve relato se fez importante para apresentar que interesses estavam intrínsecos à educação naquele momento inicial: em meio a tantas dificuldades de sobrevivência, em um lugar desconhecido, expostos aos perigos da floresta, a falta de subsídios de todos os gêneros, além da saudade dos amigos, parentes e da própria terra natal, as chances de que migrantes retornassem aos seus lugares de origem eram grandes. Deste modo, a escola, assim como a igreja, servia como instrumentos que alimentavam o sonho daquelas pessoas: a escola representava o sonho do futuro melhor aos filhos e a igreja era o lugar da fé, o lugar de confortar os sentimentos, as esperanças daquelas pessoas para que tivessem ‘força’ para naquele local permanecer.

Contudo, a não fixação do migrante naquelas terras significava o risco de fracasso do projeto de colonização, e, não era este o objetivo do Governo Federal, que intencionalizava, sobretudo, agregar aqueles espaços à economia nacional, além de que a não fixação naquele espaço seria a volta daquelas pessoas a suas terras natal, não resolvendo deste modo os problemas e conflitos de terras nos seus estados de origem. Ainda, o fracasso do processo colonizatório não fazia parte dos planos da empresa colonizadora, que queria o êxito do ‘negócio’ que tivera feito.

Neste contexto, se a escola promovia a fixação do colono, do migrante trabalhador, por que não ‘dar escola’ mesmo que esta fosse de ‘pau-a-pique?’ E, assim, se faziam as pequenas escolas em torno da cidade de Sinop – partiam das iniciativas dos migrantes, e, eram autorizadas, feitas as contratações necessárias primeiramente pela colonizadora e logo depois pelo estado, permanecendo até 1976²⁶ todas vinculadas à Escola N. Sra. Do Perpétuo Socorro, para cumprir o compromisso de uma educação institucionalizada.

²⁶ A partir de 1976 a escola em Sinop foi oficialmente instituída uma escola do estado.

Neste cenário, a ‘escola dos migrantes’ era a cada dia *reinventada*: com seus alunos das mais diferentes idades e séries misturadas, com sua professora que ‘aprendia’ aos seus modos a ‘ensinar’, com seus pais que viam nela a oportunidade do futuro melhor para seus filhos, com seus materiais improvisados como cadernos inventados de papel de embrulho, enfim, com suas marcas deixadas num passado não tão distante. A pequena sala de aula, mesmo com o descaso do estado, mesmo com tantas dificuldades, se impõe através de uma história singular e única que se materializa numa história maior, universal.

Nesta ótica, enfatizamos que esta história ‘micro’ que estamos discutindo, a compreendemos refletida numa história ‘macro’, universal, todavia, não na perspectiva de *progresso*, de *absoluto*, narrada pelo discurso habitual dos “vencedores”, como nos ensina Walter Benjamin em suas teses críticas sobre a história, mas pensada pela sua origem²⁷, com uma certa *embriaguez*²⁸ que possibilite entendê-la a partir dos inúmeros significados de se ver/ conceber o mundo, uma vez que para este autor não é preciso se pensar “para além do mundo” como sempre se propôs por exemplo, a Filosofia, mas, entender que o mundo que se procura é a entrelinha da própria vida cotidiana – e, é este cotidiano de uma ‘escola reinventada’ pelas mãos dos próprios migrantes, pelas vias das *artes de fazer*, que nos propomos narrar neste trabalho.

Considerações finais

Em relação aos movimentos deste estudo, pode-se dizer que o projeto de colonização de Sinop fazia parte de um projeto maior, promovido pelo Estado, sob um discurso legitimador de ocupar os espaços considerados ‘vazios’ demográficos na Amazônia, fortalecer a segurança nacional e resolver conflitos em alguns estados federativos, devido principalmente à modernização latifundiária. Para tal, foi utilizada marcante propaganda nos estados do Sul do Brasil e em algumas cidades de São Paulo. As propagandas eram ambiciosas, provocavam sonhos, desejos de um futuro mais promissor: promessa de terra fértil, de um clima bom e sem geadas, promessa de um lugar ideal onde o colono sulista poderia sonhar em um dia tornar-se grande fazendeiro e seus filhos teriam um futuro melhor que aquele que os pais tiveram no passado.

Promessas, sonhos, esperanças, ilusões atraíram milhares de migrantes, principalmente sulistas, em especial do estado do Paraná, a ingressar numa ‘aventura’ rumo à ‘Selva Amazônica’ em busca de um ‘mundo novo’, da ‘Terra Prometida’.

Mal sabiam os migrantes o que lhes esperava. Desilusões, frustrações, sofrimento, doenças, miséria, saudade dos que ficaram e muito, muito trabalho para fazer: uma cidade precisava ser construída, tudo estava por ser feito e cabia ao suor daqueles trabalhadores tal projeto – “A propaganda garantia terras férteis, falava das possibilidades de progresso e

²⁷ Origem na concepção benjaminiana é profundamente histórica: uma vez que a restauração da origem não pode cumprir-se através de um suposto retorno às fontes, mas, pelo estabelecimento de uma nova ligação entre o passado e o presente.

²⁸ Benjamin utiliza o termo *embriaguez*, no texto O Surrealismo: o último instantâneo da Inteligência européia (1987), no sentido de encorajamento, de que o ser humano precisa entender, ver o mundo livre de amarras que nos são impostas pela sociedade em geral.

lucros. O que a propaganda não falava era que a região estava, em alguns casos, mal cortada por “picadões”, trilhas nas quais só se passava a pé, sem nenhuma estrutura de apoio aos colonos como postos de saúde, escolas para as crianças, estradas para o escoamento da produção”. (JOANONI NETO, 2012, p. 2).

A terra era diferente das propagandas veiculadas no Sul, não era fértil e precisava de estudos, investimentos, para que pudesse dar frutos. Muitos não resistiram, retornaram para seus locais de origem ou para outros locais, porém ‘rotulados’ de fracassados, e os que ficaram, na sua grande maioria, passaram a aprender a lidar com a madeira, uma vez que a região era composta por milhares de espécies de árvores de grande valor comercial.

Contudo, os migrantes quando chegaram a Sinop, além da promessa da ‘terra ideal’, contavam também com a promessa de escola para os filhos, uma vez, que tinham na educação escolar a ferramenta que garantiria um futuro melhor para seus filhos. E os colonizadores, cientes dessa convicção dos migrantes, não poupavam garantias de educação naquele ‘novo’ território, isso na propaganda veiculada. Deste modo, a educação se constituía como uma das principais ferramentas para fixação do migrante naquele solo.

Entretanto, a educação naquele momento inicial não recebera os mesmos investimentos e incentivos, tampouco a mesma ‘atenção’ recebida do Estado pelo processo de integração à ‘nova’ fronteira. Apesar de a escola ter sido uma promessa para atrair os migrantes, quando estes chegaram esta não existia, sendo que a mais próxima estava localizada a 80 km de distância, e para se chegar até ela enfrentava-se estrada sem pavimentação, o que ocasionava perigos na época da poeira²⁹ e tornava-se intransitável na época chuvosa.

Dessa forma, inconformados com tal situação, partiu dos próprios migrantes a iniciativa de juntar-se e construir a escola, assim como decidir os primeiros rumos que a educação de seus filhos receberia, escolhendo dentre eles ‘os mais instruídos’ para exercer a docência na pequena Escola Sinop, inicialmente extensão da Escola Estadual N. Sra. do Perpétuo Socorro, de Vera-MT.

Numa pequena ‘sala’ de madeira, que parecia mais um casebre, com estrutura material precária, onde o chão era a própria terra, as primeiras crianças que chegaram a Sinop estudavam todas reunidas sob o regime multisseriado, sob a orientação da ‘professora dos migrantes’, que mesmo não tendo habilitação para exercer a docência, se sentiu no desejo de ‘ajudar’ aquelas crianças que não teriam onde continuar seus estudos. A ‘saleta’ de madeira, cujos materiais para sua construção foram doados pela colonizadora, fora improvisada pelos migrantes, que fugindo das teias da conformação, não suportaram a ideia da propaganda falsa da escola, pois seus filhos tinham de alguma forma que estudar.

Assim, a sala improvisada da Escola Sinop (chamada informalmente pelos migrantes de Grupo Escolar Sinop), pertencia à Escola Estadual N. Sra. do Perpétuo Socorro, que tinham Irmãs católicas trazidas do Paraná pelo colonizador para direcionar os trabalhos sociais e educacionais. Dessa forma, a Escola Sinop sendo uma extensão da escola de

²⁹ O clima ao Norte de Mato Grosso é dividido em dois momentos: seco e chuvoso, a “estação seca” é conhecida popularmente como ‘época da poeira’, devido ao grande período de estiagem, provocando muito pó e baixa umidade do ar, a ‘estação seca’ que ocorre entre final do mês de abril estendendo-se até início de outubro.

Vera, desde seu início também foi direcionada pelos trabalhos cristãos desenvolvidos pelas Irmãs da Congregação Santo Nome de Maria.

Desta forma, este trabalho sugere uma discussão sobre o discurso nacional no que se refere ao contexto educacional na tentativa de romper com a ideia de se ter “diferentes projetos de escolarização ancorados num discurso nacional que insiste em homogeneizar, seja nas estatísticas, seja nas propostas pedagógicas” (SILVA, 2012, p. 2), uma vez que pretende-se enfatizar a singularidade da Instituição em estudo, o que nos permite contrapor ao discurso da existência de uma escola brasileira ‘única’, afinal, “hoje, não é possível mantermo-nos encerrados no interior de uma visão unificada, uniformizadora, do ensino e da pedagogia. Precisamos de abrir a escola (as escolas) a uma diversidade de práticas e de realidades” (NÓVOA, 2012, p.13).

Contudo, a máxima adotada neste trabalho é de que cada Instituição Escolar é única, singular, e, portanto merecedora de ser objeto de estudo³⁰, o que desta forma, propõe romper com os discursos nacionais que generalizam a escola brasileira, sem levar em consideração a forma como historicamente se constituiu e se constitui diuturnamente cada uma delas, sendo isto só possível de análise mediante à estudos particularizados de cada uma, o que nos impede de tecer uma discussão que ajude a “implodir a ideia de existência de uma escola brasileira” (SILVA, 2012, p. 2) – mesmo porque, “no Brasil nunca se conseguiu oferecer à população uma escola ‘única’. As disparidades são marcantes e cada vez mais precisam ser evidenciadas para que possamos superar o vício de falar de um modelo de escola para tratar de modelos de escola que coexistem (SILVA, 2012, p.4), há, como nos alerta Nóvoa (2012, p.16) “a necessidade de abrir as escolas à diferença, a uma pluralidade de pontos de vista e de projectos educativos, rompendo com a indesejável uniformização que tem marcado a sua vida há mais de cem anos”.

Com isto, concordamos com Certeau (1998), em relação à forma como os produtos fabricados são incorporados pelos sujeitos de cada instituição, os quais muitas vezes não nos são perceptíveis ao ‘olhar’ e, portanto, cada escola revela um cotidiano diferente, cada cotidiano é composto por sujeitos diferentes, e por ser diferente, são merecedores de um estudo particular, que não o reduza a um único discurso.

Referências

Bibliografia

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política: Ensaios sobre Literatura e História da Cultura**. Obras Escolhidas V. 1. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 3.º. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DE CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de: Maria de Lourdes Menezes, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. v.1, 4ª ed. Petrópolis: Editora Vozes. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, 1998.

³⁰ Cf. Sanfelice (2007).

DOURADO, N. S. **Entre caminhos e memórias: narrativas e cotidiano de itinerantes rumo a Poxoréu-MT na primeira metade do século XX.** Cuiabá: EDUFMT, 2003.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo.** Cuiabá: UNICEN, 2002.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Fronteiras étnicas na América Latina: fronteiras móveis.** In: Anais do XX Simpósio Nacional de História. V. II. Florianópolis/SC. História. Fronteiras. São Paulo: Humanitas/ FFLCH / USP: ANPUH, 1999.

LORD, Lucio. **Trabalho, Educação e Cultura: considerações sobre o terceiro movimento de ocupação da Amazônia mato-grossense e formação da sociedade local.** ECS, Sinop/MT, v.1, n.2, p.175-187, jul./dez. 2011.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

OLIVEIRA, João Mariano de. **A Esperança vem na frente: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso Sinop.** Dissertação de Mestrado. FFLCH - USP. São Paulo, 1983.

PERIPOLLI, Odimar J. **Amaciando a terra – O projeto casulo: um estudo sobre a política educacional dos projetos de colonização do Norte de Mato Grosso.** Porto Alegre, RS:UFRGS, 2002, 182 p.

PICOLI, Fiorelo. **Amazônia: do mel ao sangue – Os extremos da expansão capitalista.** Sinop: Editora Fiorelo, 2005.

REVISTA SINOP, 1994 – Edição Histórica. Sinop: Sanchese Comunicação e Marketing Ltda, dez. 1994.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos: exclusão e luta: do Sul para a Amazônia.**Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

SANTOS, Luiz Erardi F. **Raízes da História de Sinop.** Sinop: Midiograf, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica – Conferência de Abertura.** In:NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANA, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Coleção Memória da Educação. Campinas, SP: AUTORES ASSOCIADOS, 2007.

SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. **Parecer (14/12/2012) – Parecer de Defesa da Dissertação Intitulada: A Reinvenção da Escola- História, Memórias e Práticas Educativas no período colonizatório de Sinop- MT (1973-1979) da mestranda Josiane Brolo Rohden apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE/UFMT defendida em Cuiabá, MT, Instituto de Educação, em 14/12/2012.** Florianópolis, UDESC, 2012.

NÓVOA, António. **Pensar alunos, professores, escolas, políticas.** **Revista Cultura, Educação e Sociedade.** ECS, Sinop/MT, v.2, n.2, p.07-17, jul./dez. 2012. Disponível em: http://sinop.unemat.br/projetos/revistas_eletronicas/index.php/educacao/article/view/1004 Acesso em 03/01/2013.

SOUZA, Edison Antônio de. **Sinop- História, Imagens e Relatos: um estudo sobre a sua colonização**. 2ª Ed. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

TOMÉ, Cristinne Leus Tomé. **A história da educação na cidade de Cláudia entre 1978 e 1988: instituindo o professor no processo colonizatório - a produção de sentidos**. Porto Alegre: UFRGS. Projeto de Tese, 2006

TOMÉ, Cristinne Leus. **“Eu não sou professor, não”: a presença do professor na cidade de Cláudia entre 1978 e 1988**. Porto Alegre, RS: UFRGS, Tese de Doutorado, 2009.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

Depoimentos

BRAZ, Maria Lúcia de Araújo. Entrevista concedida no dia 08/12/2011, Entrevistadora: Josiane Brolo Rohden

GOBBO, Anízia Mendes. Entrevista concedida no dia 14/01/2012, Entrevistadora: Josiane Brolo Rohden.

GUERRA, Terezinha Vandresen Pissinati. Entrevista concedida no dia 25/01/2012, Entrevistadora: Josiane Brolo Rohden.

PAULA, Maria Augusta de. Entrevista concedida no dia 02/02/2012, Entrevistadora: Josiane Brolo Rohden

PONCE, Carla Sprizão. Entrevista concedida no dia 23/01/2012, Entrevistadora: Josiane Brolo Rohden

Documentos

Arquivo Público: Patrimônio Histórico de Sinop, 2011.

Acervo Particular: Colonizadora Sinop, 2011

*Recebido em janeiro de 2013
Aprovado em maio de 2013*